

O PAPEL DO DIRECTOR DE TURMA NA PROBLEMÁTICA DO ABANDONO ESCOLAR PRECOCE

Joel Costa Ferreira
Universidade do Minho
Joelferreira81@gmail.com

Luís Almeida
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Pedroferreiralp@gmail.com

Resumo

O percurso académico pode ocupar um quarto da vida humana sendo um acto muito importante que qualquer cidadão poderá exercer. Estudar é preponderante para o desenvolvimento cognitivo, social e pessoal de cada indivíduo. É ainda deveras importante para a obtenção de um posto de trabalho e revela-se implacável nas clivagens entre os mais e os menos credenciados academicamente.

Como tal, o abandono escolar precoce surge como um paradoxo. Porquê os números contabilizados em Portugal? Qual o caminho que a Escola segue? Atravessa uma grave crise de identidade? Numa análise ao trabalho da instituição *Escola* e dos seus docentes, focando essencialmente o dia-a-dia dos Directores de Turma, o presente estudo pretendeu esclarecer as principais dificuldades que esta figura de gestão intermédia enfrenta no seu trabalho, e a forma como estas se reflectem nos abismais números de abandono que ensombram o sistema educativo.

Este artigo assenta numa análise sociológica pretendendo-se compreender o papel do Director de Turma e os diversos factores em constante mutação que influenciam a problemática em questão.

Introdução

O presente estudo é o resultado da necessidade de esclarecer quão importante se torna a formação académica para o desenvolvimento de cada ser humano. O ensino em Portugal atravessa uma grave e profunda crise de identidade originada em diversos quadrantes, como sejam as políticas aplicadas pela administração central, a instabilidade do corpo docente, a avaliação de professores que levantou uma das maiores ondas de protestos duma classe trabalhadora de que há memória, o inevitável desinteresse dos professores no trabalho burocrático que entope o seu dia-a-dia, a crise moral e ética que culmina em ofensas à integridade destes profissionais contribuem, indubitavelmente, para uma relação promíscua e pouco duradoura entre os diversos actores intervenientes no acto educativo.

Assistimos, com o passar do tempo, ao avanço de uma doença degenerativa que consome a relação entre a sociedade e o sistema escolar. Se para uns a escola poderá ser ainda o meio que

conferirá um futuro promissor, assente na formação académica, para outros os números que os barómetros apresentam para o desemprego confirmam que a obtenção de um diploma já não é garantia de sucesso na obtenção de uma carreira profissional. Os milhares de licenciados no desemprego ou no exercício de tarefas que em nada se aproximam das suas qualificações frustram os seus objectivos e colocam em causa os sacrifícios exigidos para a obtenção da sua formação. É nessa perspectiva que muitos jovens, na procura de uma emancipação financeira precoce, decidem interromper os seus percursos.

Contudo, ao longo do tempo, apercebemo-nos de que as causas para o abandono escolar estão a sofrer profundas mutações. Se até há pouco tempo os motivos se centravam na ajuda económica ao seio familiar, na subvalorização do ensino ou nas dificuldades de deslocação, assiste-se, nos últimos anos, a uma desmotivação crescente que cada vez mais carece de explicação, sobretudo se tivermos em conta que vivemos num tempo em que a formação académica europeia está a passar por um processo de standardização que fornece novas oportunidades por permitir uma circulação de pessoas menos burocrática, num tempo em que novos conhecimentos e novas tecnologias sugerem novos desenvolvimentos sociais e económicos e numa Era em que, estando a economia nacional ainda tão frágil, dependente e impúbere, a globalização impõe que a competitividade entre países suba de tom.

Sustentados em diversos autores (que apoiam essa mesma tese), compreendemos que este fenómeno, a par do meio social e familiar, poderá originar-se dentro da própria instituição tal como nos afirma Benavente *et al* (1994) ao dizer que *“os alunos que abandonam têm problemas com a escola e foram já por ela abandonados, em muitos casos”*.

Pela corroboração dessa mesma teoria incidu-se o presente estudo no percurso diário dos professores, nomeadamente na figura do director de turma que, como figura de gestão intermédia que é, lhe compete a difícil tarefa de gerir a relação escola-aluno-família.

Ao examinarmos o seu trajecto, percebemos que é o reflexo perfeito de toda a classe docente, como tal, podemos depreender quais as dificuldades que todos os professores enfrentam diariamente. Uma vez que o director de turma encerra em si grandes responsabilidades na vida “extra-escolar” de um aluno, procurámos perceber que dinâmicas funcionam (e como) no sentido da prevenção de um *“dos mais extremos fenómenos de exclusão que constitui a face visível duma situação mais vasta que atinge crianças e jovens em ruptura declarada ou silenciosa com uma escola obrigatória e obrigada que não é direito mas tão-só dever”*. (Benavente *et al*,1994)

Assim, elaborou-se o presente estudo que pretende, através do trabalho do Director de Turma, escrutinar os trilhos que a escola traça, perceber as dificuldades que no dia-a-dia alunos, professores e famílias enfrentam e a forma como todos os factores mencionados se conjugam

para aquele que é, sem dúvida, o maior flagelo que qualquer instituição poderá enfrentar – o abandono dos seus pares.

Definição de abandono escolar precoce

O abandono escolar define-se em Portugal como *“o total de indivíduos, com 10-15 anos, que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola”* (Rosa & Martins,2001:2).

Outros autores, como Joaquim Azevedo, consideram o abandono escolar como sendo todas as saídas do sistema educativo e de formação antes de concluído o 9º ano de escolaridade, bem como, antes de completos os 15 anos de idade, ou seja, a idade mínima legal para abandonarem o sistema de ensino. De forma a tornar menos abrangente o conceito, o autor fala-nos de *abandono escolar precoce*.

“O que caracteriza esta saída é o facto de ser prévia à conclusão da escolaridade mínima obrigatória, de nove anos de duração, o que corresponde, de facto, a um abandono do percurso antes do seu tempo legal” (Azevedo,1999:17).

Em consonância com o autor e com o seu conceito (também adoptado pelo Conselho Nacional de Educação), tomaremos como referência a sua concepção de abandono escolar (abandono escolar precoce), tal como anteriormente descrito, ou seja, *“as saídas do sistema de ensino e formação antes do 9º ano de escolaridade e antes de completar os 15 anos de idade (...)”* (Azevedo,1999:17).

Objectivos do estudo

O objectivo principal deste estudo visa entender a problemática em torno do abandono escolar precoce, os inertes números que ensombram a estatística portuguesa perante os restantes países da União Europeia, e a forma como este se repercute no desenvolvimento pessoal, económico e social do individuo, enquanto elemento inserido numa sociedade.

Pretende-se, com este estudo, conhecer a dimensão do trabalho dos professores – recorrendo à imagem do Director de Turma, e perceber o envolvimento destes na problemática em questão, analisando as suas tarefas diárias para perceber como estas influenciam o combate ao flagelo do abandono escolar precoce.

Metodologias utilizadas

Para a realização deste estudo foram elaborados um inquérito e uma entrevista a aplicar aos professores Directores de Turma da escola visada. Estes conferem à investigação um cariz

qualitativo e quantitativo. O estudo foi aplicado numa escola de Vila Nova de Gaia, com um índice de abandono escolar elevado, a um universo de 33 professores. Os inquéritos e as entrevistas foram validados recorrendo a um pré-teste realizado numa outra instituição do concelho.

A problemática em análise

“As crianças estão cada vez mais, onde devem estar a trabalhar: na escola” (Azevedo,1999:7). Apesar desta afirmação de pendor mais optimista, estudos revelam que o flagelo social da saída precoce dos alunos da instituição escolar é, ainda, demasiado evidente em Portugal. Tal como afirma Azevedo (1999:7), *“um estudo recentemente elaborado pelo Departamento de Estatística do Trabalho (...), revela que existem ainda no nosso país, alguns milhares de situações de exploração de trabalho infantil (...), esta é uma realidade social infra-humana que vamos continuar a combater”*.

O mesmo autor afirma, então, que este facto se deve essencialmente a um abandono escolar precoce, caracterizando-o de um fenómeno social *“dos mais graves”*, asseverando ainda que este precede, por norma, uma integração social *“injusta”* e *“inferiorizante”*. Por outras palavras, podemos depreender que o abandono prematuro das actividades lectivas e do sistema de ensino precede, na maioria dos casos, um futuro instável.

Na sua opinião, encontramos uma *“explicação sociológica”* para este fenómeno quando este nos refere que:

“(...) a procura de mão-de-obra barata e indiferenciada, por parte de um conjunto de empregadores, a existência de famílias muito pobres e com baixos níveis de escolarização, que lançam mão ao trabalho dos filhos para equilibrar o orçamento familiar, o abandono escolar muito prematuro, fruto de uma incompatibilidade entre o contexto escolar e as crianças desses meios, que mutuamente se rejeitam e, finalmente, as expectativas das próprias crianças e adolescentes, que preferem uma afirmação e integração pessoais pela via do trabalho” (Azevedo,1999:7).

Porque ocorre o abandono escolar

Numa perspectiva cronológica, diversos autores defendem que estará a ocorrer uma mutação nas causas que levam ao abandono escolar. Por outras palavras, alguns investigadores acreditam que o fenómeno não se estará a dissipar, mas sim a transformar-se. Tal como afirma Ferrão *et al* (2001:7):

“Por um lado, as causas tradicionais de abandono, muito associadas à entrada precoce na vida activa e a situações de pobreza das famílias e de isolamento das escolas, encontram-se globalmente em declínio mas confrontam-se com focos de resistência significativos. Por outro lado, verifica-se a emergência de novas situações de risco, particularmente visíveis em meios urbanos e suburbanos. O fenómeno do abandono escolar precoce parece, assim, encontrar-se numa fase de transição, mais do que numa fase de final anunciado”.

Apesar desta evolução se caracterizar essencialmente na alteração das causas que levam a este fenómeno, alguns autores defendem a existência de interesses que sempre persistiram e que continuam a ser um dos elementos base para que este ocorra. Senão leia-se em Azevedo (1999:14),

“(…), raramente estas causas aparecem isoladas em nichos muito compartimentados e exclusivos, como por exemplo, família, empresários, reprovações. As causas tendem a misturar-se num quadro de interacções, ora em processos de cruzamento de interesses, ora em dinâmicas de conflito, em que diversas causas concorrem para um mesmo fim”. O mesmo autor determina ainda alguns domínios neste triângulo de interesses. *“(…) a família e as suas características socioeconómicas e culturais, bem como o meio em que ela habita; o mercado de trabalho, as empresas e a sua dimensão, o modelo de produção industrial predominante e as estratégias de recrutamento dos empregados (...), o sistema de educação escolar, as sua regras de progressão e as condições de acesso e sucesso que proporciona aos alunos”(ibidem).*

Outras causas passam pura e simplesmente por uma subvalorização da própria formação académica, culminando no conseqüente abandono desta. São indivíduos que não compreendem a importância que representa a formação escolar pura e simplesmente porque o próprio seio familiar também o não equacionou no seu projecto de vida. Como afirma Azevedo (1999:24), *“(…) são os factores de pobreza, associados a estratégias de entajuda familiar, ora é a oferta de emprego desqualificada, ora é a cultura local dominante de fraca valorização do ensino formal, ou ainda as condições de frequência escolar e as elevadas taxas de insucesso repetido, durante o ensino básico (...)”.*

Seguindo ainda o pensamento de Joaquim Azevedo, bem como do Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (PNAPAE), o abandono escolar e este “jogo” de interesses e de sucessões de acontecimentos estão assentes em pilares que determinam o rumo dos mesmos. Esses pilares são: o próprio indivíduo, a sua família, a escola e o meio envolvente.

Que consequências traz o abandono escolar precoce

Apesar da crescente saturação do mercado de trabalho por pessoas com habilitações literárias elevadas, o nível de formação é, ainda, preponderante para o sucesso e estabilidade da vida de um cidadão.

É comum, entre os autores estudados, encontrar a preocupação que depositam nos jovens que decidem abandonar ou interromper indefinidamente o seu percurso escolar, optando por uma inserção num mercado de trabalho mais cedo do que seria o ideal. Isto porque, segundo eles, “(...) *a falta de instrução alimenta a pobreza e a marginalidade*” (Benavente *et al*, 1994:31). Em regra os baixos níveis de escolarização são cobiçados pelas entidades empregadoras, sendo estas sabedoras que não terão de despende remunerações compatíveis com uma mão-de-obra bastante qualificada. Em resultado disto, e segundo Azevedo (1999); “(...) *o abandono escolar precoce (...), precede uma integração social pessoalmente injusta e inferiorizante*”.

Relativamente ao futuro encontraram-se ainda preocupações a longo prazo, porque pelo facto de os jovens não terem prosseguido os estudos, repercutir-se-á isso na sua capacidade de progredir no mundo da formação e informação, senão leia-se Benavente *et al* (1994:31), apoiada em W. Hutmacher, ao sublinhar que:

“(...) os adultos que mais dificuldade têm em se reciclar e adquirir novas formações são os que possuem baixos níveis de instrução inicial e que não têm confiança nas suas capacidades para aprender(...), cidadãos a quem o fraco grau de instrução dificulta a vida profissional, pondo também em causa a qualidade da ocupação dos seus tempos livres e o acesso à informação e ao conhecimentos adequados sobre a realidade social, de modo a elaborarem os seus próprios projectos (...)”.

Percebemos então, que o baixo índice de escolarização afecta não só o seu percurso profissional, bem como a sua vida pessoal e a sua presença na comunidade como cidadãos. Estes são mesmo caracterizados como “desmunidos”, “vítimas dos contextos” e até “iletrados” que acumulam carências sociais na sociedade competitiva actual. Os próprios direitos de cidadão e de ser interveniente na sociedade, as suas capacidades de interagir, influenciar e colaborar nas decisões da mesma ficam assim, sem a literacia e formação, limitadas para um pleno exercício da cidadania social. Benavente *et al* (1994:31) afirma mesmo que “*os direitos dos cidadãos e a sua salvaguarda prática assim como a própria vida democrática de cada sociedade tem a ver com o grau de instrução, de saber, de informação (...), o saber é um*

instrumento de participação social, e a privação de saber encerra os cidadãos em círculos de desigualdade”.

Num sentido mais lato, diversos autores alertam mesmo para a possibilidade de um índice muito baixo de escolaridade ter repercussões graves no desenvolvimento de um país. Lê-se, por exemplo, em Benavente *et al* (1994:30), citando A. Halm (1978) e R. Rivière (1991) *“todo o atraso em que um país incorra no desenvolvimento dos conhecimentos dos jovens, futuros agentes de produção, coloca esse país numa situação muito delicada relativamente aos seus vizinhos e concorrentes”.*

Percebe-se então que as consequências de uma fraca formação escolar resultam numa sucessão de repercussões que afectam gravemente não só o indivíduo, como o próprio desenvolvimento da sociedade.

O Director de Turma

No topo da hierarquia instituída na escola encontram-se os directores dos conselhos executivos. Numa outra posição formal não menos importante, temos a figura do Director de Turma.

Estas duas figuras desempenham um papel fundamental na comunicação entre os diferentes actores dentro e fora da instituição escolar, na gestão de normas e a aplicação das mesmas, nas tomadas de decisões que ditam o rumo da escola, bem como, a fundamental e indispensável comunicação entre o estabelecimento de ensino e todas as pessoas e entidades relacionadas com esta no seu meio.

A escolha recaiu sobre a figura do Director de Turma porque, de certa forma, podemos reconhecer que passa por ele a (por vezes difícil) tarefa de estabelecer o elo de comunicação entre o interior e o meio envolvente. Cremos que é esse ínfimo gesto de comunicação que pode determinar o abandono das actividades lectivas. Entende-se que está na perícia de gerir esta aparentemente fácil tarefa, a possibilidade de salvar a educação escolar e a formação de milhares que abandonam a escola todos os anos.

“O director de turma é o professor que acompanha, apoia e coordena os processos de aprendizagem, de maturação, de orientação e de comunicação entre professores, alunos e pais. A relação educativa é o resultado do cruzamento de todas essas variáveis, com particular destaque para o processo de comunicação. Ao director de turma, cabe estabelecer a ligação entre os diferentes intervenientes implicados na relação educativa: o aluno, o grupo-turma, os professores da turma, os pais, os órgãos da escola e a comunidade envolvente” (Marques, 2002:15).

Apesar do incremento substancial de funções e responsabilidades, a génese do cargo de Director de Turma matem-se intacta, tal como nos afirma Sá (1997:107) *“não obstante a pluralidade e complexidade das atribuições do director de turma, o perfil e os requisitos exigidos para o desempenho do cargo não são, no essencial, alterados. Determina-se que o director de turma deverá ser, preferencialmente, um professor profissionalizado nomeado pelo director executivo de entre os professores da turma tendo em conta a sua competência pedagógica e capacidade de relacionamento”*.

É visível a face das duas vertentes mais importantes nas competências de um director de turma, “a competência profissional”, como seja o seu profundo conhecimento dos normativos, dos decretos que regulam o sistema educacional, e a sua “capacidade de relacionamento”, que não menos importante, regula o nível de intervenção junto dos pais dos alunos e restante família, bem como a capacidade de mediar as relações que se interpõem diariamente na própria escola.

Porém, tendo em conta alguns autores, os Directores de Turma encontram agora um número imenso de tarefas que deverão ser levadas a cabo diariamente. Peixoto *et al* (2003:31) fala-nos precisamente desse facto quando diz:

“Há um número quase ilimitado de tarefas que, normalmente, são atribuídas do DT. Sendo este considerado um elemento fundamental na organização escolar, espera-se que ele seja a face visível da escola, tanto mais que funciona como um elo de ligação entre a instituição escolar e as famílias”

A todas as tarefas inerentes ao seu cargo que se encontram expressas formalmente, o director tem, ainda, tarefas acrescidas que se lhe interpõem no seu dia-a-dia. Por vezes, no decorrer das suas interacções, o Director de Turma tem que se tornar um acompanhante, conselheiro, amigo, psicólogo e muitas vezes um pai ou mãe. É sem dúvida considerado por muitos um “super professor”.

Conclusões do estudo

Como dito anteriormente, a escolha do Director de Turma para a análise da problemática do abandono escolar precoce não foi fortuita. Este encerra em si a multiplicidade de papéis que a classe docente representa. Representa o formalismo, a exactidão e o cumprimento de regras. Representa, ao mesmo tempo, o conselheiro dos seus alunos, o amigo, o que pode estar na linha da frente no combate ao flagelo pela sua versatilidade e influência.

As questões levantadas aos Directores de Turma neste inquérito permitem-nos agrupar as suas respostas numa análise, que se explica em quatro grupos principais, sendo eles:

A Importância que os Directores de Turma atribuem às tarefas que desempenham;
As principais dificuldades encontradas na execução das suas tarefas;
Processos de detecção, condução e resolução de situações problemáticas;
Posição do Director de Turma face ao fenómeno do abandono escolar.

A Importância que os Directores de Turma atribuem às tarefas que desempenham

Do conjunto de perguntas colocadas em torno desta questão, salientámos aquela que perguntava: *“quais as actividades levadas a cabo pelo Director de Turma que acha de maior relevância?”*

A esta, de entre oito alíneas possíveis, os Directores inquiridos centraram a maioria das suas respostas em três opções concretas, sendo que essa maioria recaiu na *“coordenação, direcção e presidência de conselhos de turma”*. A segunda alínea mais votada foi a que abordava o *“contacto com os alunos com a finalidade de os orientar no dia-a-dia, no percurso escolar, familiar e de pares”*. Por último, a terceira maior parcela de respostas recaiu sobre a opção que abordava o *“acompanhamento da vida extra escola dos alunos”*.

Perante isto, podemos constatar que o Director de Turma da escola em estudo coloca, apesar de tudo, o seu dever burocrático em maior relevância. Não obstante, é notória nas respostas obtidas uma preocupação com o acompanhamento do aluno no seu dia-a-dia, dentro e fora da escola. Esta ideia, encontra-se de acordo com a teoria de alguns autores, senão leia-se em Peixoto (2003:31) quando nos diz que *“não deixa de ser verdade que a representação que muitos Directores de Turma fazem do cargo se aproxima bastante do efectivo cumprimento de todo um conjunto de orientações que caracteriza o papel e a actuação que dele espera a organização escolar”*.

Outras questões se colocaram neste conjunto. Porém, percebeu-se, que os Directores da escola inquirida concentram os seus esforços nas tarefas burocráticas que, segundo estes, ocupam a maioria do seu dia-a-dia em infindáveis tarefas de preenchimento de formulários, relatórios e trabalho administrativo que pouco se relaciona com as suas funções originais.

As principais dificuldades encontradas na execução das suas tarefas

A dificuldade que encontrámos aqui para os Directores de Turma prende-se com a dupla *“tarefa”* de motivar pais e filhos. Alguns directores confidenciaram que além de necessitarem de manter os seus alunos interessados nas actividades lectivas têm, também, a tarefa de incutirem a importância da escola aos próprios Encarregados de Educação.

Não obstante o sentimento de ausência sentido pelos professores e pelos Directores de Turma, alguns autores defendem que, de certa forma, aos Directores se deverão imputar algumas responsabilidades pela ténue relação escola – família.

Segundo os inquiridos, estas “responsabilidades” advêm da pouca disponibilidade que os Directores de Turma têm em estabelecer laços mais estreitos com os familiares dos seus alunos, devido à excessiva carga burocrática e administrativa que condiciona esse relacionamento ao estritamente necessário. Segundo os inquiridos, esta é uma das principais causas do abandono escolar – a difícil e mínima relação entre professores e a vida pessoal dos seus alunos.

Processos de detecção, condução e resolução de situações problemáticas

No desenvolvimento do seu trabalho o Director de Turma depara-se com diversos obstáculos. O sucesso educativo de um aluno, bem como a sua permanência na escola passa, muitas vezes, pela capacidade de gestão desses obstáculos e pela forma como o Director os soluciona. Perante isto, e tentando desta forma relacionar as repostas a este conjunto de questões com a temática da presente investigação, quis saber-se até onde vai o esforço empregue pelos Directores nas situações mais problemáticas das suas turmas.

As respostas obtidas a este conjunto de questões focaram, essencialmente, a dificuldade que os Directores de Turma encontram no seu dia-a-dia no que concerne à carga excessiva de trabalho burocrático na escola, bem como os entraves de “carácter legal” que impedem o grande envolvimento na vida extra-escola dos seus alunos. A por vezes difícil relação entre a escola e o meio social e familiar dos alunos é outras das razões que levam, os inquiridos, a não conseguir acompanhar os discentes abandonantes fora da instituição. As famílias vêm a ajuda oferecida pela Escola através dos professores e dos Directores de turma como um intromissão, rejeitando, à partida, a sua participação nos problemas associados a estes.

Outro dado pertinente encontrado nesta análise diz respeito à comunicação existente entre os Directores de Turma e as entidades oficiais, dentro e fora da escola. Neste âmbito, à partida, conseguimos vislumbrar as lacunas existentes por parte do Conselho Executivo no que diz respeito ao conhecimento do problema na sua instituição. A corroborar esta ideia, surgem as respostas dos Directores que nos indicam que é parca a mediação de conversas e acções de prevenção do fenómeno na escola. No que concerne ao meio social, a maioria dos inquiridos demonstrou a inexistência de práticas de comunicação com os órgãos da região, nomeadamente a autarquia local e, com particular veemência, o meio empresarial.

A débil parceria entre a Escola e a Comissão de Protecção de Menores é outro dos problemas focados pelos inquiridos. Por sua vez, a comissão justifica as dificuldades de comunicação e articulação de trabalhos com a falta de efectivos no terreno.

Posição do Director de Turma face ao fenómeno do abandono escolar

No que concerne às respostas obtidas em relação às habituais práticas do Director de Turma no combate e prevenção do abandono escolar precoce, constatamos que é regra, concomitantemente ao cumprimento dos formalismos legais, o acompanhamento dos Encarregados de Educação. É de salientar, que esta é uma prática transversal a toda a análise de resultados efectuados até aqui. Não obstante as dificuldades já expressas pelos Directores de Turma em comunicar e estabelecer parcerias com a família, estes preferem e privilegiam o contacto com o meio social do aluno nas suas práticas de abordagem aos potenciais ou efectivos abandonantes. A conversa com os educandos é, para o Director de Turma, outra prática que possibilita inculcar nestes os benefícios da certificação e da formação académica e pessoal de cada um. Um dado pertinente obtido nesta questão diz respeito às práticas curriculares. Os Directores de Turma da escola investigada encontram-se pouco sensibilizados para a adequação das práticas curriculares e dos programas anuais, aos alunos que se encontram desmotivados na sua escola. Ora, se o abandono escolar precoce é inerente ao insucesso escolar podemos, também, observar que uma das causas prováveis para o fenómeno nesta escola passa, de certa forma, pelos currículos pouco ajustados às necessidades destes alunos.

Contudo, mais do que factores que por questões de investigação se centraram no trabalho desenvolvido pelos Directores de Turma, percebemos que o abandono escolar precoce não se trata de uma situação isolada, que se remete apenas às dificuldades da escola, ou ao meio social do aluno, mas antes faz parte de uma série de causas e efeitos que talvez obrigue a repensar a postura das instituições envolvidas e, em última análise, do governo.

A escola como garantia de futuro é uma ideia que se deveria querer matricular. Um estado que lide frivolamente com a educação e, muito particularmente, com a questão do abandono escolar compromete seriamente as possibilidades das gerações mais novas que, inevitavelmente, não terão alternativa senão estarem sujeitas ao aproveitamento por parte das empresas, devido à baixa escolaridade, e a contratos precários que não lhes permitirão mais do que viver no limiar da dignidade. Contudo, o abandono não se dá de um modo meramente espontâneo; além dos factores pessoais, institucionais e até familiares, existe também o desapego, muitas vezes forçado, devido às condições de vida a que os indivíduos estão sujeitos. Portanto, em muitos casos, se os progenitores não tiverem condições suficientes para sustentarem a família, os descendentes muito dificilmente terão possibilidades de vingar no mercado de trabalho, podendo expor a geração seguinte às mesmas limitações e assim sucessivamente.

Uma outra questão é a relação que a elevada taxa de abandono escolar precoce e a baixa qualificação da população portuguesa têm com o fraco desenvolvimento do País.

A União Europeia atravessa um período de standardização do Ensino Superior com o objectivo de desburocratizar a mobilidade dos estudantes e principalmente dos cidadãos europeus com formação universitária, imprimindo uma nova dinâmica a este sector a uma grande escala. Com a introdução do Processo de Bolonha, assistimos, por um lado, a uma tentativa de criação de uma maior igualdade de oportunidades de emprego e a uma procura conjunta de uma cultura europeia mais apelativa, e por outro à estruturação de um sistema de ensino simplificado e adequado aos diversos projectos e interesses comunitários. Apesar de Portugal também ter aderido a este processo, o desinvestimento dos últimos anos na educação poderá suscitar algumas dúvidas se o País reunirá ou não condições para se adaptar a esta nova situação e para se alinhar com as outras nações europeias na concretização dos objectivos nacionais e conjuntos. (No seguimento de sucessivos cortes, em 2008 o Orçamento de Estado para a Educação não chegava aos 4% do PIB.)

Por outro lado, não podemos esquecer que vivemos numa sociedade globalizada, em que a competição entre as diversas economias é elevada, sobretudo em épocas de instabilidade, tal como a que enfrentamos presentemente. Se observarmos o panorama europeu, percebemos que os países mais bem sucedidos são aqueles que têm melhor taxa de escolarização e menor percentagem de abandono escolar, embora, por exemplo, nem sempre pareça haver uma relação entre estes números e a taxa de emprego. Contudo, é inegável que uma política educativa responsável qualifica e prepara a sociedade para contribuir para o desenvolvimento de um país em todos os quadrantes e, conseqüentemente, para assegurar a qualidade de vida. Não obstante, Portugal encontra-se na cauda da Europa no que concerne à percentagem de Abandono Escolar precoce que, sendo um número instável, se encontra sempre em valores próximos dos 40%. Um contraste abismal em comparação com os países nórdicos, em que essa mesma contabilidade não chega tão pouco à dezena. É a expressão da importância que estes países atribuem à formação académica e a inegável repercussão nas suas economias e qualidade de vida.

Posto isto, torna-se difícil não reconhecer nesta situação uma certa ironia, um paradoxo. Numa época em que a sociedade portuguesa enfrenta tantas dificuldades, tanta insegurança e se encontra com um índice de pobreza tão elevado e a economia nacional está tão frágil e dependente, como se pode ambicionar que seja forte e auto-suficiente, num país dinâmico e desenvolvido, quando se desinveste e se negligencia a formação académica? Não será a educação a chave para uma sociedade equilibrada, com igualdade de oportunidades, e para o progresso? Uma política educativa displicente, além de uma castração social, é uma falha estratégica retumbante.

Bibliografia

Afonso, N., 1994, *A reforma da administração escolar. A abordagem política em análise organizacional*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

Azevedo, J., 1999, *Inserção precoce de jovens no mercado de trabalho*. Cadernos PEETI, Volume I, Lisboa, PEETI – Ministério do trabalho e da Solidariedade.

Azevedo, J., 2002, *Entre a escola e o mercado de trabalho: um olhar crítico sobre as transições*. Comunicação apresentada no seminário sobre *Fracaso escolar y transición a la vida laboral*. Fundación por la Modernización de España (policopiado).

Bavente, A. et al, 1994, *Renunciar à escola: o abandono escolar no ensino básico*, Lisboa, Fim de Século Editora.

CNASTI, 2000, *Trabalho infantil na Europa. Intervenções públicas da CNAsti*. Lisboa, Seminário da juventude da confederação europeia de sindicatos.

Ferrão, J. et al, 2001, *Saída prematura do sistema educativo: aspectos da situação, causas e perspectivas em termos de emprego e formação*. Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.

Formosinho, J., 1988, *Organizar a escola para o insucesso educativo*, In medidas que promovam o sucesso educativo, Lisboa, GEP/ME.

FORMOSINHO, J., 1991, *O papel do gestor pedagógico intermédio na escola portuguesa: monitor ou líder, coordenador ou director?* Leiria.

Marques, R., 2002, *O director de turma e a relação educativa*. Lisboa, Editorial Presença.

Peixoto, M.J. & Oliveira, V., 2003, *Manual do director de turma – contextos, relações, roteiros*. Porto, Edições ASA.